



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
2ª CÂMARA

PROCESSO TC Nº 10482/13

EMENTA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro e arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 TC 02139/2013

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ÓRGÃO: IPM- Instituto de Previdência do Município Bayeux - PB
AUTORIDADE HOMOLOGADORA: Gilson Luiz da Silva (Diretor Superintendente - IPAM)
BENEFÍCIO: Aposentadoria por invalidez com proventos Integrais
BENEFICIÁRIO(A): DAVI JOSÉ DA SILVA
CARGO: Vigilante
MATRÍCULA: 3485
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Segurança e Proteção Social
DATA ADMISSÃO: 02/05/1995
DATA NASCIMENTO: 13/02/1956
ATO: Portaria nº 023/2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba, em 15.04.13
IDADE: 57 anos
TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 6.439 dias
FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 40, § 1º, inciso I, da CF
VALOR: R\$ 1.594,05

2. ANÁLISE DA AUDITORIA

Pelo registro do ato concessivo, expedido por autoridade competente em favor de servidor(a) legalmente apto(a) ao benefício, estando corretos os dados de tempo de serviço e os cálculos dos proventos feitos pelo Órgão de origem.

3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB

Na sessão de julgamento, opinou pela legalidade da aposentadoria e concessão de registro ao correspondente ato.

4. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima caracterizado, ACORDAM os Membros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato de aposentadoria por invalidez com proventos integrais do(a) servidor(a) DAVI JOSÉ DA SILVA, no cargo de Vigilante, matrícula nº 3485, lotado(a) na Secretaria Municipal de Segurança e Proteção Social, tendo como fundamento o art. 40, § 1º, inciso I, da CF, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 01 de outubro de 2013.

Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho
Presidente

Conselheiro Subst. Antônio Cláudio Silva Santos
Relator

Representante do Ministério Público
Junto ao TCE/PB